

Um percurso de leitura da obra de Amy Allen

Allen, Amy (1999). *The power of feminist theory: domination, resistance, solidarity*. USA: Westview Press.

Eunice Macedo

Mestre em Educação, Género e Cidadanias; Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres; Instituto Paulo Freire de Portugal

Percorrendo em Berkeley as prateleiras de um alfarrabista em busca de alguma «novidade» editorial a bom preço, deparei com este pequeno livro, já um pouco em mau estado. Folheei-o e despertou-me um entusiasmo imediato. Decidi comprá-lo.

Como suspeitei desde o primeiro momento, era uma pequena obra arrebatadora não só pelo conteúdo mas também pelo estilo. Não existindo tradução em português e não estando à venda em Portugal, pensei partilhá-la convosco, esperando aguçar-vos o interesse pela sua leitura na íntegra, já que procede a um mapeamento crítico de diferentes perspectivas, apresentando ainda uma proposta de síntese sobre o poder.

Neste trabalho acerca do poder da teoria feminista, Amy Allen propõe-se fazer uma análise avaliativa das perspectivas feministas contemporâneas de poder, explicitando a necessidade de construir ainda uma concepção feminista de poder, adequada às necessidades e realidades múltiplas dos nossos dias. Esta deverá permitir a compreensão da dominação masculina e do *empowerment* e resistência femininos, bem como da solidariedade feminista e da sua capacidade de desenvolver coligações. Por outro lado, a autora pretende fazer a proposta de uma teoria de poder enraizada na análise de Foucault da inter-relação entre constrangimento e capacitação, na introdução de Butler da possibilidade de citação como mediadora entre o constrangimento e a capacitação do sujeito, e no foco de Arendt na emergência intersubjectiva do poder, que permite teorizar sobre dominação, resistência e solidariedade, trazendo à luz o interrelacionamento destas três modalidades de poder.

Reconhecendo os limites do seu trabalho como pensadora ocidental, a autora justifica o seu interesse, bem como de outras feministas, no estudo do poder, como forma de transformar as «relações de dominação que afectam as mulheres por todo o mundo» (p. 5) e os «eixos múltiplos da estratificação que afectam as mulheres nas sociedades contemporâneas ocidentais» (p. 2) incluindo, entre outros, o sexismo, o racismo, o heterossexismo e a opressão de classe.

Assim, para proceder à compreensão e re-significação do poder, considera três enfoques específicos que é preciso endereçar:

1. A necessidade de visibilizar e significar as relações sexistas, racistas, heterossexistas, de dominação e subordinação de classe que sistematicamente

têm afectado as mulheres ocidentais, no capitalismo avançado, sem obscurecer o potencial de poder das mulheres;

2. A necessidade de reconhecer a possibilidade de exercício de poder do quotidiano pelas mulheres, apesar do seu papel subordinado, como forma de *empowerment* e de resistência à dominação;
3. O potencial de poder colectivo do movimento feminista, em articulação com outros movimentos sociais, entendendo o poder como solidariedade e considerando que o movimento feminista ocidental tem marginalizado as mulheres lésbicas, negras e de classe trabalhadora.

De acordo com estas linhas conceptuais fundamentais, utilizando uma estratégia envolvente e desafiadora, a autora vai conduzindo a uma leitura das teorias de alguns autores/as fundamentais. Apresenta as linhas de força de cada teoria que, em seguida, debate, fazendo o contrapondo dialógico com as abordagens e críticas apresentadas por outros/as autores, as quais põe também em diálogo com a sua perspectiva pessoal. Deste modo, vai criando uma intertextualidade compreensiva, que permite o contacto do/a leitor/a com um acervo riquíssimo de autores/as feministas.

Na sua proposta de uma concepção feminista de poder, apresentada no último capítulo da obra, Amy Allen assume que este deve compreender três formas diferentes de poder, de forma a conglomerar a diversidade de interesses feministas na análise da dominação, da resistência e da solidariedade:

1. *poder-sobre*, entendido como «a capacidade de um actor ou conjunto de actores de constringer as escolhas disponíveis para outro actor ou conjunto de actores de uma forma irresolúvel» (p. 123), em que o exercício do poder ocorre de forma não intencional ou mesmo com intenção contrária e que resulta da inculcação de relações de poder legitimadas cultural, estrutural e institucionalmente, favorecendo os grupos dominantes e prejudicando as mulheres e outros grupos subordinados;
2. *poder-para*, que se articula com as ideias de resistência e *empowerment*, e consiste na «capacidade de um agente agir *apesar de* ou em resposta ao poder exercido sobre ele por outros» (p. 125); e
3. *poder-com*, articulado com a questão da solidariedade, «o tipo de poder colectivo que une o movimento feminista e o alia com outros movimentos sociais de tal forma que possamos formular e atingir os nossos objectivos» (p. 126).

Amy Allen apresenta, ainda, sumariamente duas abordagens metodológicas complementares, capazes de iluminar as relações multifacetadas de dominação, resistência e solidariedade:

- a. A perspectiva localizada (foreground) – com que se podem descrever as relações de dominação/resistência entre indivíduos ou pequenos grupos localizados, por exemplo, na família;

- b. A perspectiva situada em contexto (background) – que faz o enfoque na complexidade de relações sociais que sustentam cada relação de poder, tendo em conta a formação de posições de sujeito, disponíveis para os indivíduos; a construção e resistência aos significados culturais; o desenvolvimento de práticas sociais particulares (informadas pelos significados culturais internalizados pelos sujeitos); as instituições onde têm lugar as posições de sujeito, os significados culturais e as práticas sociais; e as estruturas, ao nível macro social e relacional mais profundo.

Iniciando o percurso para a compreensão e explanação desta perspectiva feminista de poder abrangente e inclusiva, no primeiro capítulo «Concepções feministas de poder: uma avaliação crítica», em que se procura «(...) compreender de que forma o género, raça, classe e sexualidade se intersectam com o poder» (p. 7), Amy Allen aborda e critica três concepções de poder que enraizaram a teoria feminista:

1. o poder como recurso – na linha conceptual de John Stuart Mill, Susan Moller Okin – cuja inadequação se sustenta numa construção errada da natureza do poder «como algo que pode ser possuído, distribuído e redistribuído» (p. 3) e que, na perspectiva de Íris Young, leva à descrição das estruturas de poder como um padrão de distribuição, obscurecendo o «facto de “o poder ser uma relação em vez de uma coisa” (...) tende a uma compreensão diádica do poder: “o enfoque em agentes ou papéis particulares, e em agentes sobre os quais estes agentes ou papéis poderosos têm poder”» (Young, 1990 cit em Allen, 1999: 10)
2. o poder como dominação – a que surgem associadas feministas como Catharine Mackinnon, Andrea Dworkin e Carole Pateman – e
3. o poder como *empowerment* – no quadro das perspectivas teóricas de Carol Gilligan, Sara Ruddick, Virgínia Held, Starhawk e Sarah Hoagland – cuja inadequação, no caso das duas últimas concepções, consiste na incidência unívoca numa das dimensões do poder (dominação ou *empowerment*) e na, conseqüente, ocultação tanto do seu carácter multifacetado como da inter-relação complexa entre *empowerment* e dominação.

Na sua análise, Amy Allen, reconhecendo embora as vantagens das concepções de poder como dominação e do poder como *empowerment* em evitar a assunção do poder como recurso, reconhece a incompletude destas visões. Apesar das diferenças dos seus projectos, as concepções do poder como recurso e como dominação examinam o funcionamento da dominação masculina, enquanto a visão do poder como *empowerment* procura desocultar recursos que irão permitir ultrapassá-la. No entanto, apresentam uma compreensão do poder, em algumas medidas, similar. Por outro lado, as últimas sendo perspectivas unilaterais, obscurecem outras formas de subordinação e dominação, esquecendo o poder de

subordinação que algumas mulheres exercem sobre outras mulheres e homens e/ou os lugares de exercício de poder de algumas mulheres, mesmo em situações de subordinação. No desenvolvimento do seu argumento a autora enfatiza, pois, a necessidade de uma concepção de poder que «ilumine a inter-relação entre dominação e *empowerment*» (p. 26).

No segundo capítulo «A Genealogia do Poder: Michel Foucault», Allen reconhece os limites conceptuais da teoria foucaultiana que não permite fazer a distinção normativa fundamental entre formas de constrangimento problemáticas, neutras e positivas e, ainda, por não abordar as questões da resistência, da agência e da solidariedade. Refere, no entanto, que as fragilidades referentes à resistência e agência podem ser corrigidas pela inclusão de uma análise crítica nas teorias de poder feministas de base foucaultiana (como a de Judith Butler), através da adopção de conceitos normativos como dominação, justiça, direito, reciprocidade, e outros, tidos como constructos históricos. Quanto ao problema da solidariedade, este só pode ser ultrapassado através da rejeição da visão de Foucault de que o poder é sempre estratégico.

Nessa medida, a autora argumenta em favor do valor da teoria do poder de Foucault para as teorias feministas, reconhecendo que

(...) o seu enfoque nos efeitos do poder sobre o corpo provou-se útil para as investigações feministas dos efeitos corporizados da dominação masculina; a sua análise da sedimentação das relações de poder em instituições inspirou as genealogias feministas das formas através das quais as instituições do estado de bem-estar põem em acção e reforçam a dominação masculina; finalmente e mais importante, a sua análise fornece um contributo conceptual crucial acerca da inter-relação entre constrangimento e capacitação que nos podem permitir mover para além do impasse atingido pelas concepções feministas do poder como dominação e do poder como *empowerment* (pp. 56-57).

No terceiro capítulo, «O Problema do Poder: A Genealogia Feminista de Poder de Judith Butler», Amy Allen desenvolve uma crítica à teoria da performatividade de género de Judith Butler, que considera uma apropriação feminista da análise de poder de Foucault. Sustentando a sua análise na discussão das obras *Gender Trouble*, *Bodies that Matter*, *Feminist Contentions* e *Excitable Speech*, apesar de reconhecer o seu contributo para uma teoria feminista crítica, a autora equaciona como limitações desta perspectiva o facto de não proporcionar o enquadramento normativo requerido por uma análise de poder crítica, de focar de forma demasiado estreita a dimensão linguística ou discursiva do poder como sujeição, ocultando, desse modo, o impacto das relações de poder não-discursivo focadas por Foucault, não conseguindo, para além disso, dar conta do poder colectivo da solidariedade feminista.

Enfatiza, no entanto, como valências positivas do trabalho de Butler o facto de permitir ultrapassar o paradoxo foucaultiano da agência, introduzindo a

noção de «citationalidade». Esta permite fazer a mediação entre os indivíduos e as «normas opressivas de sexo/género a que estão sujeitos» (p. 81) providenciando, em consequência, «uma abordagem mais satisfatória da resistência, do que a apresentada por Foucault» (ibid.). Desse modo, partindo dos constructos de Foucault acerca da inter-relação entre constrangimento e capacitação, poder *sobre* e poder *para*, Butler evita os problemas levantados pela abordagem de Foucault.

No quarto capítulo «O poder da solidariedade: Hannah Arendt», Amy Allen analisa comparativamente as teorias de Arendt, Foucault e Butler considerando que, apesar das suas diferenças filosóficas, estas perspectivas se complementam, fazendo correcções às insuficiências mútuas.

Quanto às similitudes, estes três autores «rejeitam o modelo de poder de comando-obediência» (p. 92), fazem críticas profundas à filosofia dialéctica da história de Marx e Hegel, pela sua recusa da imprevisibilidade, e criticam a «noção humanista e existencialista de subjectividade, que vê os sujeitos humanos como agentes autónomos, auto-gerados e racionais que se estabelecem para além de e em confronto com as forças sociais, culturais e históricas do seu mundo» (p. 91); Foucault e Arendt «partilham a crítica do poder normalizador da sociedade moderna» (p. 90) e fazem recurso à estética para «desenvolver um modelo de julgamento ético ou político» (p. 91).

Separando estes autores em termos filosóficos, mas com algumas possibilidades de conciliação, surge a não distinção normativa de Foucault entre as diferentes formas de exercício de poder, que em Butler poderá corresponder à impossibilidade de enquadrar normativamente a sua reivindicação de desnaturalização do sexo. Opostamente, Arendt argumenta em favor do enquadramento normativo universalista que Foucault e Butler rejeitam. Enquanto os últimos consideram que o exercício do poder permeia a estrutura social num contexto de diluição entre as esferas pública e privada, Hannah Arendt faz a asserção da necessidade de distinção entre o público e o privado, equacionando as relações de poder meramente na esfera pública, e introduz uma «bagagem metafísica que Foucault e Butler certamente rejeitariam» (p. 95).

Ainda neste capítulo, Amy Allen faz uma abordagem à concepção de poder de Arendt, analisando as suas limitações, mas considerando que esta aceção abre espaço ao repensar da solidariedade feminista, evitando o essencialismo problemático de outras perspectivas. Dedicar também algum espaço a problematizar a questão da sororidade, e à necessidade de repensar um modelo de solidariedade vigente que parece essencializar a experiência das mulheres, ocultando as suas diferenças.